

 <https://doi.org/10.20336/rbs.1086>



Gradiente de problematizações: uma proposta para o estudo das crises e fragilidades da vida social

Gradient of problematizations: a proposal for the study of crisis and fragilities of social life

Gradiente de problematizaciones: una propuesta para el estudio de las crisis y fragilidades de la vida social

Lucas Faial Soneghet* 

RESUMO

A palavra “crise” é parte do vocabulário do mundo contemporâneo e está no centro de uma literatura em crescimento nas ciências sociais, acompanhada por vezes da correlata “crítica”. O binômio crise e crítica aponta uma tensão entre, por um lado, o uso da “crise” como dispositivo discursivo que justifica intervenções de grupos poderosos, reforçando padrões de desigualdade e hierarquias, e, por outro lado, como ferramenta analítica para descrever e “criticar” aspectos objetivos da realidade histórica. Ademais, a crise ora aparece como descritor de eventos de larga escala (crises econômicas, políticas e das instituições), ora atada a eventos de cunho mais íntimo (crises existenciais, de meia idade ou de saúde), ora como ocasião para a crítica sociológica, ora como objeto dessa crítica. Neste artigo, discuto e delimito o conceito de crise em uma sociologia dos problemas e das problematizações. Para esse fim, aposto na vida cotidiana como lugar concreto do encadeamento entre aspectos macro e micro, objetivos e subjetivos das crises, em um gradiente de problematizações. Por fim, argumento em favor da sociologia como exercício crítico de tradução imaginativa.

Palavras-chave: crise, crítica, problematização.

* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
Doutor em Sociologia, professor adjunto do Departamento de Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco.

ABSTRACT

The word “crisis” is part of the vocabulary of the contemporary world and is at the center of a growing literature in the Social Sciences, sometimes accompanied by the correlative “critique”. The binomial crisis and critique points to a tension between, on the one hand, the use of “crisis” as a discursive device that justifies interventions by powerful groups, reinforcing patterns of inequality and hierarchies, and on the other hand, as an analytical tool to describe and “critique” objective aspects of historical reality. In addition, crisis sometimes appears as a descriptor of large-scale events (economic, political and institutional crises), sometimes linked to more intimate events (existential, mid-life or health crises), sometimes as an occasion for sociological criticism, sometimes as the object of that criticism. In this article, I discuss and delimit the concept of crisis in a sociology of problems and problematizations. To this end, I focus on everyday life as the concrete place where macro and micro, objective and subjective aspects of crises come together in a gradient of problematizations. Finally, I argue in favor of sociology as a critical exercise in imaginative translation.

Keywords: crisis, critique, problematization.

RESUMEN

La palabra “crisis” forma parte del vocabulario contemporáneo y se encuentra en el centro de una creciente literatura en ciencias sociales, a veces acompañada del término correlativo “crítica”. El binomio crisis y crítica apunta a una tensión entre, por un lado, el uso de “crisis” como dispositivo discursivo que justifica intervenciones de grupos poderosos, reforzando patrones de desigualdad y jerarquías, y, por otro, como herramienta analítica para describir y “criticar” aspectos objetivos de la realidad histórica. Además, la crisis a veces aparece como descriptor de acontecimientos a gran escala (crisis económicas, políticas e institucionales), a veces vinculada a acontecimientos más íntimos (crisis existenciales, de la mediana edad o de salud), a veces como ocasión para la crítica sociológica, a veces como objeto de dicha crítica. En este artículo, analizo y delimito el concepto de crisis en una sociología de los problemas y las problematizaciones. Para ello, me centro en la vida cotidiana como el lugar concreto donde confluyen los aspectos macro y micro, objetivos y subjetivos de las crisis, en un gradiente de problematizaciones. Finalmente, defiendo la sociología como ejercicio crítico de traducción imaginativa.

Palabras clave: crisis, crítica, problematización.

Introdução

Neste artigo, procuro discutir a conexão entre múltiplos sentidos da palavra “crise” à luz do interesse recentemente renovado no termo¹ e sob a ótica da construção da vida cotidiana. Começo pelas formulações já clássicas de Koselleck (1959/1999) e Habermas (1988), que indicavam o vínculo entre o estudo das crises e a produção de “diagnósticos de época”, entendidas aqui como perspectivas “que procuram dar inteligibilidade às muitas crises” a partir de um ponto de vista macrosociológico que exerce função de quadro interpretativo (Maia, 2021, p. 214). A princípio ligada a vocabulários médico, jurídico e teológico, a noção de crise propagou-se e, segundo alguns (Roitman, 2014), descaracterizou-se a ponto de se tornar um cheque em branco, a ser assinado e preenchido por qualquer um que queira falar do presente no modo crítico.

Posteriormente, procuro entender os momentos críticos como conjunto de experiências concretas de desarranjo, desordem, angústia e sofrimento que parecem cada vez mais comuns e podem se tornar “normais” (Bryant, 2016; Fassin, 2022). No universo complexo do conceito de “crise”, pode-se diferenciar entre perspectivas de cunho mais sistêmico, como a empregada por Habermas (1988) acerca das tendências de crise na sociedade moderna, e outras mais ancoradas na experiência subjetiva.² Além dessa divisão, exagerada aqui para fins de exposição, há de se considerar as várias declinações do termo “crise”: das tendências de crise do sistema social sob o modo de produção capitalista, passando pela crise de representatividade ou legitimidade na política, crises econômicas e recessões, crises existenciais e afetivas, até as vivências críticas duradouras de pessoas vivendo em estado de guerra, doença e privação, entre outras.

Por fim, proponho um enquadramento sociológico para o estudo das formas de elaboração da fragilidade constitutiva da vida social. Delineio o conceito de um *gradiente de problematizações* no qual a crise é um ponto de elaboração possível dentre outros na vida cotidiana. Na definição de estados da realidade vistos como discrepantes em relação a uma normalidade

¹ Para exemplos, ver Maia (2021), Cordero (2017), Roitman (2014), entre outros.

² Habermas (1988) dá lugar à experiência subjetiva na formulação das alterações estruturais dos sistemas. Outros como Rodrigo Cordero (2017) e Didier Fassin (2022) também vão na direção da articulação de experiências críticas e situações objetivas de crise, pensando na ligação entre o global e o local, o pessoal e o social.

presumida, crise é somente um vocábulo que ganhou espaço no mundo contemporâneo. Tento dar estofo analítico ao termo “crise” definindo-o como um mediador discursivo com condições de sucesso e consequências específicas. A tarefa da sociologia pode ser tanto investigar as causas e efeitos da centralidade desse mediador no tempo presente, quanto descrever e explicar seus usos específicos. Neste artigo, abordo a segunda tarefa e deixo a primeira temporariamente suspensa. Concluindo, volto-me à especificidade do estudo sociológico das crises e problematizações, reclamando as capacidades de imaginação e tradução das ciências sociais.

O que há numa crise?

O livro *Crítica e Crise* (Koselleck, 1999), com o instigante subtítulo “uma contribuição à patogênese do mundo burguês”, marcou a história de uma vertente de investigação conceitual sobre a noção de crise. O laço entre crise e crítica remonta a etimologia do termo, cuja raiz é o verbo *krino*, que significa separar, escolher, julgar e decidir, bem como brigar ou lutar. Koselleck distingue três sentidos no grego clássico: jurídico, teológico e médico. O termo, em sua acepção jurídica, era central na vida política, indicando um momento de “decisão”, um ponto crucial de julgamento e veredito que já remonta ao sentido contemporâneo do termo “crítica” (Koselleck, 2006, p. 358). O sentido teológico, desenvolvido na tradição judaica, acrescenta ao julgamento uma “promessa de salvação”, envolta ainda no horizonte apocalíptico de uma crise no fim do mundo quando a justiça e a verdade prevalecerão (p. 359). Todavia, por já estar anunciado e prenunciado na fé cristã, o fim dos tempos faz o presente enquanto faz o futuro. Estando por vir, a crise final caracteriza o tempo histórico futuro como desenrolar de uma jornada espiritual da humanidade como um todo, além de dar ao presente um caráter de *crise permanente* na consciência dos remidos (p. 360). É como se o julgamento final se antecipasse a cada dia na fé dos que acreditam e o aguardam ansiosamente. Por fim, o sentido médico refere-se ao momento em que a doença se torna visível e demanda-se uma decisão sobre seu curso. Na crise da doença, seu curso se revela: ou rumo à restauração ou à morte. O sentido médico revela o vínculo entre verdade, poder e ação que se desvela na encruzilhada entre crítica e crise. Para melhor iluminar essas conexões, vale uma digressão temporária acerca da crise na psiquiatria.

Foucault escreve sobre o momento de crise na medicina pré-moderna como um momento de embate entre o corpo e a substância que o aflige, quando a “realidade da doença se torna verdade” e, portanto, é uma “oportunidade a ser aproveitada” (Foucault, 2006, p. 243) pelo médico. Este deve, antes, prever a crise, identificar seu momento de ocorrência, esperar e então intervir na batalha contra a doença. Enquanto a medicina abandonou o momento da crise como momento da verdade, devido ao desenvolvimento da anatomopatologia como modo de diferenciação e especificação das doenças no tecido corporal, a psiquiatria não teve a mesma sorte. Não havendo uma base segura para fundamentar a realidade da doença – a neurologia do século XIX não estava suficientemente avançada para embasar epistemologicamente a psiquiatria –, o problema ainda era se a doença seria de fato real ou, em outras palavras, se o sujeito seria ou não louco. A nova crise, inventada no hospital psiquiátrico, funcionava como teste de realidade, não mais um momento de batalha entre a doença e a natureza (auxiliada pelo médico), mas um momento em que o médico e o doente se instauram enquanto tal (p. 268).

No sentido médico, crise é o momento em que a “condição objetiva”, dependente sempre dos critérios usados no diagnóstico, se revela ao mesmo tempo que exige e justifica uma intervenção, a qual, em última instância, visa restaurar um estado de saúde ou, na sua ausência, levar à morte (Koselleck, 2006, p. 361). A pluralidade de sentidos pode ser o motivo mesmo pelo qual o signo crise “nunca se cristalizou em um conceito suficientemente claro para ser usado como conceito básico na linguagem social, econômica ou política” (p. 367), tornando-se também poderoso para justificar e demandar ações em um mundo subitamente revelado em sua maleabilidade. Sua história, como contada pelo historiador alemão, indica sua potência e perigo.

Janet Roitman segue em caminho semelhante, investigando o uso da ideia de “crise” tanto nas ciências sociais quanto na sociedade ao largo. Roitman (2014) caracteriza a crise como “substituto transcendental”, “ponto cego” e “ponto de vantagem” (p. 93-94) ao mesmo tempo, privilegiando seu lugar em uma filosofia da história denegada pelos contemporâneos. Enquanto substituto transcendental, a crise tomou o lugar da *contingência*, permitindo que pensemos em como o mundo poderia ser diferente. Se não confiamos mais em narrativas sagradas e profecias, e se só nos resta fazer sentido da história dentro da própria história, a crise é o jeito de lidar com essa imanência inescapável, assumindo a contingência (tudo poderia ser diferente) e negando-a ao mesmo tempo. O uso da crise nega a contingência pois engendra um leque de

narrativas enquanto impede outras. É assim que funciona como um ponto cego, um local para a “produção de conhecimento” que não é ele mesmo observado ou investigado (p. 13). Assim também funciona como ponto de vantagem, pois permite que a pessoa que o opera – seja o político que afirma uma crise econômica, o sociólogo que denuncia uma crise do capitalismo ou o médico que diagnostica uma crise de saúde – defina causas, julgue estados da realidade e proponha soluções, sem se submeter ela mesma ao processo diagnóstico.

A despeito das diferenças, Roitman e Koselleck parecem convergir no ponto de que a ubiquidade do conceito de crise pode ser explicada por sua natureza plástica e escorregadia. Ele é capaz de conter sentidos médicos, jurídicos e teológicos, sem se reduzir a um deles. Ele permite a produção de conhecimento sem ser necessariamente investigado em detalhes. As duas abordagens privilegiam a natureza *discursiva* da ideia de crise: “A crise é um dispositivo narrativo” (Roitman, 2014, p. 85). Não importa se existem crises reais ou não. O que importa é observar a “crise” como ponto cego e assim “apreender como regula construções narrativas e permite certas questões enquanto impede outras.” (p. 94).

Em contraste, autores da teoria crítica como Habermas (1988) e Cordero (2017) procuram incorporar a dimensão discursiva da crise numa análise de seu caráter sistêmico objetivo. O argumento de Habermas é bem sintetizado por Maia:

As crises têm uma existência objetiva quando se referem a “problemas de controle”. Na teoria dos sistemas, a crise se relaciona à escassez de recursos para a solução de problemas capaz de assegurar a continuidade das operações. Todavia, haveria aí uma falta de teorização sobre as causas da escassez, já que elas costumam estar relacionadas a contradições internas que afetam estruturas essenciais, cuja alteração levaria a mudanças na identidade dos sistemas (Maia, 2021, p. 228).

A crise, ou tendências de crise, teria sua raiz em problemas no âmbito da integração sistêmica de uma sociedade, os quais se fariam sentir no nível da integração social, ocasionando assim a possibilidade de elaboração intersubjetiva de um momento enquanto momento de crise. Essas “perturbações persistentes da integração sistêmica” se tornam ainda mais recorrentes com a autonomização de um sistema, como o econômico sob o modo de produção capitalista, e sua maior ingerência sobre outras esferas da vida social, de modo que os “problemas de controle possam ser

agora diretamente ameaçadores à identidade” (Habermas, 1988, p. 23). O arcabouço conceitual habermasiano visa dar conta dos polos objetivo e subjetivo do binômio crise/crítica: do lado objetivo, o crítico é capaz de identificar tendências a crise nas contradições entre sistemas sociais, ou entre integração sistêmica e integração social, enquanto, do lado subjetivo, a elaboração e a interpretação de um momento enquanto momento de crise depende das capacidades deliberativas e comunicativas imanentes à estrutura da linguagem, a qual poderia mostrar-nos o caminho da emancipação. As formas de organização da vida em sociedade – os princípios de organização sistêmica, as formas de integração social, as instituições – são transformadas, à medida que os indivíduos aprendem e formulam novas soluções intersubjetivamente, através de suas trocas comunicativas.

Diagnósticos e explicações de crise têm papel fundamental nesse processo de aprendizado e transformação, pois permitem a “codificação comunicativa de problemas objetivos” que, de algum modo, “danificam a vida social e individual” (Cordero, 2017, p. 65). Rodrigo Cordero propõe uma dupla investigação da crise e da crítica na teoria social e na filosofia. Assim como Habermas, aposta na validade do uso analítico da ideia de crise como descritor da realidade, mas leva a sério os críticos dessa abordagem. Na visão de Cordero, Marx e Beck são os principais representantes da crítica da crise: tanto um quanto o outro alertaram, à sua maneira, para a “normalização da crise” e o “fracasso e obsolescência das teorias de crise” (p. 16). Segundo ele, a análise da “realidade da crise”, para Marx, deveria sempre vir acompanhada da “crítica do conceito de crise” (p. 20), pois seu emprego está entrelaçado a “políticas de verdade” (p. 21).

Não é suficiente, porém, afirmar a natureza discursiva da crise nem seu uso inflacionado. Roitman dá um passo adiante ao atentar para o poder das reivindicações de crise na construção de narrativas e na imaginação do futuro. Argumenta que a ideia de crise instaura um campo de pensamento e intervenção enquanto permanece, ela mesma, um “ponto cego” que elude a reflexão. Investigações sobre o conceito de crise permitem superar essa parcialidade, pois incluem na crítica a reflexão sobre os diferentes modos, tentativas e formas de narrar a crise. Com a reflexão sobre o conceito, buscase evitar que certas experiências da crise sejam normalizadas, sem qualquer chance de debate acerca do que o “normal” possa vir a ser, ou capitalizadas em uma lógica especulativa da desordem como forma de expandir os campos

de ação e investimento de grupos já em posição de poder. Como Cordero escreve, há o risco de a crise ser “normalizada por respostas tecnocráticas que transformem o debate político em um monólogo dessocializado de discursos terapêuticos” (Cordero, 2017, p. 2), ou seja, cooptada e neutralizada. Porém, uma postura inteiramente cínica, que duvida das reivindicações de crise e as interroga sem antes levá-las a sério, pode incorrer no grave erro de ignorar algo de verdadeiro na experiência dos sujeitos. O desafio seria limitar o uso analítico do conceito, sem prejuízo da explicação de sua ubiquidade, seus potenciais e perigos.

Entre realidade e construção, sistemas e sujeitos, parece não sobrar muito espaço. Contudo, além dos dualismos e mediações, um problema subjaz à literatura sobre crise: há certos momentos da vida social em que experimentamos, individual e/ou coletivamente, a sensação de que um mundo que parecia tão sólido está prestes a desmoronar. A *fragilidade constitutiva da vida humana em sociedade* está em destaque no argumento de Cordero (2017), aparece em Roitman (2014) pelo signo da “contingência”. Do outro lado, a *fragilidade da ordem social* é destacada por Marx, quando identifica os limites constitutivos da ordem capitalista, e por Habermas (1988), quando lança luz nas tensões internas da sociedade moderna. É nesse registro que acredito ser possível dialogar com a literatura sobre crise, limitando o conceito em seu uso analítico e levando-o a sério como artefato da vida social contemporânea.

A normalidade do cotidiano e os momentos críticos

O pragmatismo norte-americano e a tradição sociológica francesa nele inspirada oferecem um outro prisma para entender a fragilidade da vida social. Na vida cotidiana, a sensação de um “todo concreto” é tomada como dada e permanece no pano de fundo até que algo interrompa sua coordenação sequenciada. Daqui a sociologia pragmatista francesa retira o pressuposto de que a vida em sociedade é primariamente habitual e ocasionalmente interrompida por “rupturas” ou “momentos críticos” nos quais “o lugar, a natureza e a ordem (ou as grandezas) das pessoas e dos objetos” são problematizados (Corrêa & Dias, 2016, p. 78-79). Pressupor que a experiência é dotada de caráter habitual não significa crer que sujeitos se adaptam mecânica e automaticamente às situações. Os hábitos são mais

bem compreendidos como modos de responder. As práticas cotidianas informadas pelo hábito são potencialmente dinâmicas e adaptativas, e estão enraizadas em um conhecimento tácito corporal. Nos momentos em que alguma experiência problemática, alguma perturbação ou estado de inquietação não parece ser facilmente resolvido pelas rotinas estabelecidas, entramos em um estado de “investigação” aberto visando a solução do problema.

Na sociologia pragmática de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, tais temas são recuperados em uma teoria dos modos de justificação e coordenação das ações que se tornam visíveis em momentos críticos. Elegem como janela analítica a “incerteza do momento crítico” que é reduzida por provas ou testes que estabilizam as qualificações e grandezas das coisas, pessoas e situações (Boltanski & Thevenot, 2006, p. 15). O termo “prova” tem pelo menos três sentidos aqui: como evidência e comprovação, como teste ou ato de colocar algo à prova para verificar sua qualidade e como momento de experimentação (Côrrea & Dias, 2016, p. 79). Os pragmatistas franceses deslocam a centralidade da linguagem ao enfatizarem a heterogeneidade de dispositivos e objetos mobilizados nos momentos de prova, todavia, a ênfase em modos de justificação aduzidos pela análise de grandes tratados do pensamento ocidental parece colocar o acento nos vocabulários normativos em vez de nos objetos cotidianos.

Entre a experiência cotidiana e o momento crítico não há uma relação disjuntiva. Antes, podemos pensar um gradiente que vai de momentos de certeza, no qual não se experimenta grandes perturbações na ordem das coisas, até momentos de catástrofe ou trauma (Corrêa & Dias, 2016, p. 80), nos quais há completa ruptura e um estado de coisas é transformado irremediavelmente. Porém, a linguagem aqui ainda parece demasiado carregada. Opor a rotina à catástrofe dá entonação positiva inelutável à primeira e abre espaço para uma visão pouco generosa diante da mudança. Essa dicotomia impede que algumas modalidades da experiência sejam apreendidas, especificamente a possibilidade de enxergar a ruptura total como positiva ou de conceber o cotidiano como algo permanentemente perturbado e incerto, sem prejuízo da possibilidade de agência no ordinário (Das, 2007, p. 6-7).

Há situações em que a ordem cotidiana das coisas não pode ser facilmente restaurada, em que a incerteza é o modo de relação com o futuro (Bryant,

2016, p. 23), quando parece haver “risco de colapso da realidade” (Berger & Luckmann, 1991, p. 175) e “visões aceitas sobre o mundo e sobre como ‘seguir adiante’ nele” são abaladas (Jessop, 2012, p. 24). Essas situações podem ser raras para algumas pessoas, mas para muitas outras a insegurança, a instabilidade e o encontro com a própria vulnerabilidade são a regra. Se todos estamos, em alguma medida, engajados no trabalho delicado de construir a ordem da vida cotidiana (Garfinkel, 1964), nem todos o fazemos nas mesmas condições. Experiências de insegurança ontológica (Marpin, 2020, p. 136-137), incerteza crônica ou “normalidade crítica” (Soneghet, 2022) abundam onde viver a vida é uma conquista diária em condições precárias. Henrik Vigh (2008, p. 10) cunhou o conceito de “cronicidade” para falar de condições críticas crônicas em que a implosão da coerência existencial, somática e social da vida cotidiana não dá lugar a um novo estado de normalidade imperturbado, mas perdura em “estados críticos pervasivos”.

Seja de forma duradoura ou esporádica, rara ou frequente, está sempre presente a possibilidade de viver um “estado de incoerência somática, social ou existencial” (Vigh, 2008, p. 9) em que a *normalidade da vida cotidiana* é posta “entre parênteses” e as rotinas de manutenção comuns precisam ser ajustadas. O termo “normalidade” é usado para evocar três níveis distintos e entrelaçados de organização da vida social, cuja separação é analítica e não pode ser assumida *a priori*. No nível da ordem social, refiro-me à institucionalização de discursos e práticas – que pode contribuir para cristalização e hierarquização de formas de saber e fazer – e à manutenção de um modo de produção material que estrutura, em alguma medida, posições e disposições – o capitalismo como ordem social institucionalizada, bem como assimetrias de raça e gênero. Esse âmbito corresponde, mas não é idêntico, ao nível de “integração sistêmica” como concebido por Habermas (1988), pois não separa *a priori* o nível da “integração social”. A “normalidade” no nível da ordem social mais ampla se refere tanto às normas institucionais quanto a seus efeitos normalizadores observáveis na padronização de processos produtivos, procedimentos de controle e regulação estatal.

O segundo nível se refere à vida cotidiana, garantida pela reprodução prática, intersubjetiva e simbólica de um senso de continuidade temporal, o qual está diretamente implicado nas interações intersubjetivas normativamente reguladas. Não se trata somente das relações entre indivíduos a partir de papéis sociais padronizados, mas da reprodução

prática do senso de que “as coisas estão funcionando” ou que tudo parece estar “normal”. Esta reprodução depende em alguma medida da regularidade produzida pela ordem social no nível anterior, todavia, também pode ser motor de sua desestabilização. Em outras palavras, o rompimento do senso de que as coisas estão funcionando como deveriam pode levar à dúvida acerca de níveis mais gerais de organização social. Por fim, o terceiro nível ao qual me refiro com o termo “normalidade” está calcado no funcionamento da vida orgânica, circunscrevendo os ciclos biopsíquicos corporais, suas interrupções, irrupções e eventual fim. A inclusão do corpo e da finitude não é fortuita:

A estrutura temporal da vida cotidiana me confronta como uma facticidade com a qual tenho que lidar, isto é, com a qual devo tentar sincronizar meus próprios projetos. Eu encontro o tempo na vida cotidiana como contínuo e finito. Toda minha existência nesse mundo é continuamente ordenada por esse tempo, e é de fato englobada por ele. Minha própria vida é um episódio em um fluxo de tempo externamente factício. Ele estava lá antes de eu nascer e estará lá depois que eu morrer. O conhecimento da minha morte inevitável faz esse tempo finito *para mim*. Eu só tenho uma certa quantidade de tempo disponível para realizar meus projetos, e o conhecimento disso afeta minha atitude diante desses projetos. Também, como eu não quero morrer, esse conhecimento injeta uma ansiedade subjacente em meus projetos. (Berger & Luckmann, 1991, p. 41)

Ansiedade também é o termo usado por Giddens (2002, p. 48-51) para se referir à sensação experimentada pelos seres humanos diante das “questões existenciais” que os afligem. Independentemente da pertinência de tais questões, os limites da vida orgânica agem como lembrete constante da fragilidade da vida individual, além de botar em claro contraste o desnível entre o tempo da história e o tempo da biografia, nos termos de Wright Mills (1959/2000).

Gradiente de problematizações

Michel Foucault (1984a, p. 350) definiu seu trabalho como uma “genealogia dos problemas, das problemáticas” ou como análise das “problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e das

práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (Foucault, 1984b, p. 15). A problematização é tanto aquilo que é realizado nas formas discursivas sobre as quais o analista se debruça – a sexualidade, o crime, a loucura –, quanto a prática do próprio analista diante dessas formas. Isso porque, para problematizar, é preciso que um fenômeno ou conjunto de fenômenos tenha se tornado “incerto” ou “perdido sua familiaridade”, ou esteja cercado por “um certo número de dificuldades” (Foucault, 1984c, p. 388). No entanto, enquanto o problematizar do analista visa “constituir o problema, determinar seus contornos, e então moldar o leque potencial de respostas” (Gilson, 2014, p. 87), o problematizar em primeira mão costuma operar como um curto-circuito, presumindo na definição do problema uma solução ou conjunto de soluções possíveis.

Em outro enfoque sobre problemas e problematizações, Daniel Cefaï articula o pragmatismo de Dewey e a teoria crítica de Habermas, em particular sua teoria da esfera pública. A situação problemática emana de alguma perturbação ou desajuste de natureza afetiva, perceptiva e avaliativa que significa interrupção da “ordem normal das coisas” e que pode ou não ser articulada na linguagem (Cefaï, 2017, p. 191). O que a situação problemática indica é a indeterminação de uma situação que advém tanto da falta de integração entre processos de organização coletiva e organização pessoal (na visada da sociologia de Thomas e Park da Escola de Chicago) quanto da eventual interrupção das transações satisfatórias entre um organismo e seu ambiente (de acordo com a psicologia funcional da Escola de Chicago). O distúrbio experimentado em uma situação problemática pode se transformar em problema e, eventualmente, em problema público através de um “processo de definição e de resolução de situações problemáticas que leve ao reconhecimento delas, à sua explicitação e ao seu controle, tanto afetiva como cognitiva e normativa”, caso contrário permanece “tácito ou latente” (p. 192). Este processo de problematização envolve a constituição de um “campo de experiência coletiva”, isto é, a construção de percepções, discursos e práticas de sentido comum articulados a provas que fazem um estado de coisas se tornar um problema reconhecível.

Semelhante à perspectiva crítica foucaultiana, a abordagem pragmatista é antifundacional, isto é, não procura causas, mas consequências e efeitos. Também aposta em uma visão da realidade social como construção resultante do trabalho dos sujeitos em interação, embora difiram na

medida de poder e dominação presente, bem como nos instrumentos principais que possibilitam as relações. Aproximando as duas perspectivas, proponho que o estudo da construção da vida cotidiana e de seus momentos “incoerentes” seja orientado pelas práticas. Começemos pelos atos de problematização, evitando assim a armadilha do “ponto cego” (Roitman, 2014). Dito sucintamente, o olhar sociológico deve se voltar para o *gradiente de problematizações reais e possíveis*, descrevendo e explicando distintos estados de incoerência sistêmica, somática e existencial como *resultados de articulações discursivas, materiais e práticas em uso*. Retomo aqui o *insight* de Bruno Latour (2005), também presente na sociologia pragmatista, de que a tessitura do real é composta de objetos, sujeitos, signos e entes variados, cuja natureza específica pode ser transformada no trabalho mesmo de composição das suas relações.

Consideremos o exemplo de uma dor de cabeça. A princípio, a pessoa acometida de dor pode tomar um analgésico. Se a dor de cabeça persistir, pode imaginar que é resultado da falta de sono ou de um episódio de hipertensão arterial. Após uma longa noite de sono, percebe que a dor de cabeça arrefeceu, mas não desapareceu. Ela escolhe continuar o dia na esperança de que finalmente a dor desapareça. Um dia inteiro se passa e nada muda. Após aferir sua pressão em casa, que não mostra nenhuma alteração, nosso doente hipotético decide ir ao consultório médico. Nesse ponto, pode receber uma receita para um analgésico mais forte a ser administrado intravenosamente. A cabeça para de doer e é hora de ir para casa, só para perceber que, algumas horas depois, a dor está de volta. O médico propõe exames de imagem que mostram um crescimento na base do crânio. Após uma arriscada cirurgia de biópsia para confirmar suspeitas, o laudo médico é inconfundível: câncer.

Esse último momento costuma ser chamado de *diagnóstico*. Este concretiza ou, em outras palavras, torna real e legítima a experiência de uma “doença”. Ele o faz conectando ideias médicas, *experts*, instituições, recursos, emoções e temporalidades. Através de um conjunto de práticas de mensuração, representação imagética e classificação, o diagnosticador (um médico no caso de instituições hospitalares) transforma a experiência de uma “perturbação” (Duarte, 1998) em uma entidade real com efeitos concretos. Ao mesmo tempo, coloca-se em um ponto cego de produção de saber. Quando o diagnóstico é dado, outras interpretações para o que estava errado ou mesmo o questionamento de se realmente havia algo errado, ficam em segundo plano.

Diante de uma experiência concreta de dor, pouco valem argumentos apaixonados sobre a construção social da realidade. No entanto, olhar sociologicamente para o diagnóstico como um processo coletivo, cumulativo e contingente não é questionar sua objetividade ou veracidade, nem mesmo duvidar da existência de uma condição patológica sobre a qual ele possa se referir. Discutir a objetividade e veracidade do diagnóstico ou da doença é aquilo que médicos e pacientes fazem. O olhar sociológico, diferente do olhar clínico, opera um diagnóstico dos diagnósticos. Em vez de se dedicar exclusivamente à identificação de causas – a pobreza é efeito estrutural da propriedade privada dos meios de produção – ou à recomendação de tratamentos e prognósticos – somente a coletivização dos meios de produção abolirá as desigualdades estruturais em sociedade –, a teoria social deve afinar seus instrumentos para entender as dinâmicas do gradiente de problematizações, no qual “perturbações” se realizam, transformam e se concretizam através de *mediações práticas e simbólicas* ou *mediadores prático-discursivos*. O emprego desses mediadores não é aleatório, sendo condicionado, de um lado, pelos vocabulários, técnicas, tecnologias e recursos disponíveis em uma dada conjuntura e, por outro, pelas condições de sucesso de sua aplicação. Trata-se de um problema da aplicação apropriada de um código como forma de organizar a experiência e acertar cursos de ação.

A fim de desenvolver o argumento, identificarei algumas variações no gradiente de problematizações. Não estou propondo uma lista exaustiva, mas enunciando um enquadramento analítico que pode ser incrementado. Essas variações não correspondem exatamente a estados concretos, mas podem ser entendidas como estados de fragilidade da vida cotidiana. Todos os mediadores podem ser – e às vezes são – usados tanto por atores quanto por observadores, isto é, existem em primeira e segunda ordem. A diferença entre os dois ecoa a diferença entre um diagnóstico médico e um diagnóstico dos diagnósticos médicos.

Começando pelo polo menos problemático no gradiente de problematização, isto é, mais próximo de um estado de normalidade, encontram-se as *perturbações* ou *incômodos*. O termo “perturbação” foi trazido por Duarte (1998) na antropologia da saúde para abarcar a gama de experiências que nem sempre são classificadas como “patológicas”, mas que não necessariamente se encaixam em termos como “sofrimento”

ou “doença”. Reconhece assim a possibilidade de que certas experiências reconhecidas como “doenças” sejam percebidas como “regulares” ou “normais” para outros (Duarte, 1998, p. 13). Uma perturbação é, para o argumento aqui desenvolvido, qualquer desajuste em nível subjetivo ou sistêmico que pode ser construído, mas não necessariamente é, como problema a partir de uma miríade de gramáticas. Perturbações e incômodos não necessariamente exigem respostas e usualmente são incluídos na normalidade da vida cotidiana, seja através de procedimentos usuais de reparo ou por acomodação.

Uma perturbação ou incômodo torna-se um problema quando exige maior grau de reflexão e planejamento para sua resolução. Se uma perturbação é facilmente remediada e muitas vezes não é conscientemente elaborada, um problema é mais facilmente perceptível e normalmente demanda articulação explícita. Um problema pode se tornar “problema social” a depender do processo de problematização ocorrido. A linha entre problema pessoal e social é tênue e porosa, sendo, portanto, imprudente demarcar divisões *a priori*. Usualmente, o estudo da emergência de algo como um “problema social” é parte da sua construção enquanto problema sociológico ou objeto de pesquisa, pois tal emergência é o processo pelo qual a realidade social se constrói e se institucionaliza (Lenoir, 1998, p. 73). Na formulação do problema sociológico, as linhas entre problema social e pessoal tornam-se objeto de análise, isto é, instaura-se uma dupla hermenêutica. Problemas sociológicos não são qualitativamente superiores a problemas sociais, nem totalmente dependentes destes. São uma forma específica de elaboração no gradiente de problematização, cuja particularidade será discutida na seção posterior.

Igualmente, não se pode presumir que um problema será formulado como “crise”. Aqui chegamos ao estudo sociológico da ideia de crise como mediador prático-discursivo. Quero dizer que a ideia de crise, quando evocada de maneira bem-sucedida, coloca em movimento um processo de definição, conexão e estabilização de situações problemáticas que são concebidas como potencialmente ameaçadoras de uma ordem normal estabelecida. É mediadora devido a seu caráter de transformação dos pontos que agrega ao ser utilizada. Por exemplo, definir um momento como crise econômica pode levar à redefinição de uma baixa salarial como uma medida fiscal adequada ou como um traço estrutural de um modo produtivo.

A fim de precisar o argumento, proponho a seguinte definição: crise é um mediador discursivo usado para definir e conectar problemas ou situações problemáticas. Seu uso e aceitação têm as seguintes implicações: os atores que propõem uma narrativa de crise costumam apontar consequências ou efeitos amplos de tipo “cascata” que parecem transbordar do domínio específico dito “em crise”; agrupam-se evidências e tenta-se convencer outros atores de sua validade, indicando uma realidade objetiva que está em desajuste quando comparada a um estado normal das coisas; os procedimentos de reparo usuais são classificados como ineficazes ou rejeitados. Quando aplicado de maneira bem-sucedida, o mediador discursivo crise justifica a abertura de um campo de ação e intervenção, dentro do qual a própria realidade da ordem social é reformulada. O que significa usar o mediador crise de maneira “bem-sucedida”?

Inspirado em Schutz, Garfinkel (1964) argumentou que as expectativas mútuas dos atores em interação, bem como as atividades em que se engajam na vida cotidiana, constituem os entendimentos institucionalizados que dão ao mundo sua aparência de “realidade”. Portanto, a modificação de expectativas “modifica os ambientes reais” em que os atores vivem, de modo que um “ambiente de objetos reais” vira outro, e assim ajustam-se os comportamentos dos atores (Garfinkel, 1964, p. 249). Dito de outro modo, a descrição bem-sucedida de um momento de crise envolve a capacidade de orientar as percepções dos outros atores para um ambiente de modo que este seja percebido como problemático e, em alguma medida, irreparável. Não se trata de negar a existência de momentos objetivamente problemáticos e difíceis, mas de entender que a descrição de tais momentos como “crise” é condição *sine qua non* para sua passagem de situações problemáticas para situações de crise. Esta passagem justifica o emprego de novos procedimentos de reparo da ordem e da normalidade, além de evocar a dimensão política da constituição da vida social.

Falar de “discurso” implica falar de relações de poder e da dimensão política das crises. Como argumentou Fassin (2021), o problema da crise é o problema de quem tem poder de definir algo como tal e agir de acordo. Nem todos os que experimentam uma situação problemática do tipo aqui descrito serão capazes de aplicar o mediador discursivo “crise” com todos os seus efeitos. Mais uma vez, o papel da sociologia se revela nesses momentos, pois é capaz de entender os processos de reorganização de alianças, antagonismos

e os conflitos ocasionados no bojo da crise. Além disso, está em posição de explicar por que algumas situações problemáticas se tornam crises e outras são invisibilizadas, negadas ou simplesmente ignoradas.

O problema é menos de arbitrar acerca de qual situação problemática é real ou não. De fato, o que há de peculiar nas reivindicações de crise é sua capacidade de reforçar o curto-circuito entre questões de fato – o que a realidade é – e questões de preocupação – como a realidade veio a ser assim através de nosso engajamento com ela. Isso é tanto mais urgente em se tratando da realidade social em sua inerente e evidente fragilidade (Cordero, 2017), que corre o risco de ser prematuramente e nocivamente estabilizada em momentos críticos. Além de abordar afirmações sobre questões de fato – o problema é A e a única saída é B –, vale levar em consideração as “questões de preocupação”³ (Latour, 2004a).

O termo “preocupação” evoca o teor moral e afetivo implicado no uso do mediador discursivo “crise”. Mesmo os negacionistas da crise climática estão, de algum modo, investidos em suas narrativas a ponto de negar a existência de um problema ou de reinterpretá-lo – dizendo, por exemplo, que a crise não é resultado da ação humana, mas é parte dos ciclos naturais do planeta. Usar o termo “crise” é transformar questões de fato em questões de preocupação para depois fazer o caminho de volta. As ciências sociais têm ferramentas para entender o campo de disputas e diálogos que se abre nesse processo, mapeando os conflitos em torno do que preocupa os sujeitos, aquilo que eles querem que seja real e que deixe de existir.

Além de cartografar, o pensamento sociológico pode apontar as estratégias usadas por alguns para sobrepor, expulsar e negar as preocupações de outros, expondo assim a “lógica de fechamento de significado e ação que impulsiona formas de unanimidade ideológica” (Cordero, 2017, p. 4) e contribuindo para a luta contra o “fechamento prematuro” do mundo e da política (Latour, 2004b, p. 454) que resulta da imposição de um estado de coisas factual, portanto, indiscutível. Se o intuito é falar sobre os marginalizados, dominados ou aqueles sobre quem os “efeitos da crise” são deslocados (Jessop, 2012, p. 24), também estamos no âmbito das “questões de cuidado”. Falar desse ponto de vista é “problematizar a negligência”, identificar arranjos que podem “reforçar relações assimétricas” e fazer uma “tentativa modesta de partilhar o fardo de mundos estratificados” (Bellacasa,

³ Traduzido do inglês *matters of concern*.

2011, p. 95). Entre fatos, preocupações e cuidado, o momento de crise deixa de ser lugar para a crítica no seu sentido mais estrito – de desconstrução e negação das perspectivas consideradas falsas – e passa a ser ocasião para a restauração de seu sentido pleno e multifacetado. Isso significa abordar momentos em que se reivindica uma “crise” como uma forma de revelar e responder à fragilidade da ordem social, bem como as tentativas de restaurá-la. Especialmente em seus usos evidentemente nocivos – mobilizar a “crise dos refugiados” para justificar políticas de exclusão e violência contra populações deslocadas –, o mediador “crise” é um problema a ser levado a sério, o que implica ir além (e atrás) das averiguações de sua veracidade, para compreender como um estado de coisas pode vir a ser definido como problemático e, então, inspirar respostas ou soluções.

Nem toda situação problemática desse tipo é aptamente descrita como “crise”, havendo espaço para experiências de grave desconcerto do mundo que escapam dos limites dessa gramática. Proponho que “crise” seja compreendido como um modo possível de descrição e constituição de situações problemáticas. Seu uso inflado na contemporaneidade é uma questão sociológica a ser explorada, mas não nos exime da tarefa de levá-la a sério, isto é, de compreender seus usos e consequências concretos. À moda weberiana, o estudo sociológico das crises pode ser tanto uma investigação sobre como adquiriram seu significado cultural ao longo da história, quanto sobre o sentido e as consequências de seu uso nas relações sociais presentes.

Diante de um problema, os sujeitos podem ou não optar pelo emprego do mediador discursivo crise. Muitos problemas sociais amplamente reconhecidos – pobreza, violência, racismo – não são entendidos como “crise”. Estes costumam ser institucionalizados em alguma medida, no sentido de motivarem a criação de formas de ação, normas e técnicas de manejo mais ou menos estáveis. Tal institucionalização inclui conflitos e tensão contínuos, geralmente protagonizados por movimentos sociais, Estados nacionais e outras organizações. Nesse sentido, pode-se dizer que uma crise é um problema social de tipo específico.

A realidade da vida cotidiana, seu caráter tácito e “normal”, pode ser colocada à prova quando alguém afirma seu caráter problemático. Quando esse caráter problemático é formulado como “crise”, abre-se espaço para o questionamento de processos de normalização anteriores que sedimentaram a ordem social de tal ou qual forma, através da habilidade da crítica de

“tornar a verdade e o poder mais frágeis” (Cordero, 2017, p. 11). Daí a aposta arriscada de movimentos sociais ou grupos de interesse ao formularem um problema na chave de crise. Abre-se, assim, um espaço mais amplo e dramático de ação, no qual os procedimentos já estabelecidos podem ser transformados. Essa é uma pista para o estudo sociológico do uso inflacionado da crise na contemporaneidade: em sociedades pós-tradicionais com altos níveis de reflexividade institucional (Giddens, 2002), a crise torna-se um signo atraente. Decorre disso também a potência do uso bem-sucedido do mediador discursivo “crise” e aí reside sua ligação íntima com relações de poder e autoridade.

No caso de crises, para interpretar a primeira configuração, o caso das crises invisibilizadas (o grande número de migrantes afogados, por exemplo), deve-se perguntar quem tem autoridade para declarar a existência de uma crise, e quem não tem, enquanto para analisar a segunda configuração, aquela de crises grosseiramente fabricadas (exagero da realidade da imigração, por exemplo), deve-se perguntar o que a afirmação da existência de crise autoriza e, por outro lado, o que censura (Fassin, 2021, p. 268).

Por fim, há que se acrescentar experiências que têm ganhado espaço na literatura por não se enquadrarem na imagem mais comum de crise como momento dramático e temporário que se reverte em uma nova normalidade. O trabalho de Veena Das (2007) sobre os efeitos a longo prazo da Partição da Índia em mulheres paquistanesas e indianas que sofreram violência sexual, dentre outras formas de agressão, atenta para a possibilidade de situações críticas se imiscuírem no tecido da vida cotidiana, permanecendo sempre na superfície e impedindo qualquer projeto de restauração da normalidade. Em modalidades de experiência como essas, estabelece-se um estado de normalidade crítica (Soneghet, 2022) no qual perturbações, interrupções e a sensação geral de incoerência são parte do cotidiano, mas não produzem o sentimento de segurança ontológica que de outro modo seria possível. Não se pode falar aqui de crise no sentido aqui proposto, nem de normalidade, problemas ou perturbações em sentido estrito. É certamente possível e desejável explorar outras variações no gradiente de problematizações. Por exemplo, as ideias de “catástrofe” e “tragédia”, comuns nos estudos do Antropoceno e do meio-ambiente, têm suas próprias formas de emprego e efeitos.

Conclusão

As ciências sociais não têm monopólio sobre o estudo das crises, nem sobre a crítica. Seu ponto de vista – ou pontos de vista – não é privilegiado e isso não é uma tragédia. A tentativa de entender o lugar da sociologia nas crises e na crítica articulada neste texto pode ser lida como um exercício reflexivo acerca da contribuição específica da sociologia. Nesta última seção, deixo de lado a questão específica da crise para refletir acerca dos limites e tarefas de uma sociologia das problematizações no mundo contemporâneo.

No já clássico *The Sociological Imagination*, Charles Wright Mills procura reabilitar a promessa da sociologia: “É a capacidade de ir das transformações mais impessoais e remotas aos traços mais íntimos do *self* humano – e ver as relações entre os dois.” (Mills, 2000, p. 7). Não se trata somente de entender as tendências de crise de um sistema social, nem mesmo de descrever e desencavar os recessos das experiências de sofrimento, angústia, ansiedade e alienação que afligem os seres humanos em um determinado contexto, mas de entender como “na confusão de sua experiência *cotidiana*” (p. 5, grifo próprio), as pessoas experimentam suas vidas, nem sempre conscientes de sua posição nos processos socio-históricos e constelações simbólicas que forjaram esse cotidiano. A “imaginação sociológica” de Mills não se restringe às barreiras da disciplina, mas é uma faculdade disponível a todos, que pode e deve ser cultivada e aprendida.

A sensibilidade histórica também é importante na proposição de Mills e aparece como foco de um dos três grandes “problemas” das ciências sociais: o estudo da estrutura particular de uma sociedade; o estudo do lugar da sociedade na história e de seus mecanismos de mudança; e o estudo das “variedades de homens e mulheres” presentes em uma dada estrutura social historicamente localizada. No cruzamento dos três problemas, a imaginação sociológica se ocupa dos “problemas da biografia, da história e de suas interseções em uma sociedade” (p. 6). Uma tarefa difícil, sem dúvida. Todavia, se nos focarmos na proposição central – a conexão entre biografia e história – podemos chegar a uma formulação da sociologia como *exercício de tradução imaginativa*.

Se a imaginação sociológica deslinda a conexão entre biografia e história, no contexto particular de crises, ela poderá entender as ligações entre, de um lado, contradições e colapsos sistêmicos e, de outro, desajustes somáticos e

existenciais, através da “confusão da experiência cotidiana”, na expressão de Mills. O cotidiano, frágil quando perturbado e durável enquanto permanecer tácito, é o terreno no qual as perturbações de um tempo de crise ou mesmo as agruras cotidianas de um dado momento histórico podem se revelar. E o trabalho de mantê-lo ou torná-lo problemático é aquilo que a/o socióloga/o pode observar, seguir e compreender. Isso, é claro, se for capaz de permanecer sensível às variações que constituem um momento de crise. É na sensibilidade que a imaginação sociológica pode se juntar à consciência reflexiva.

No seu aspecto epistêmico, isto é, enquanto forma de conhecimento, a imaginação sociológica temperada pela sensibilidade exige a refinação dos instrumentos que construímos para captar o outro (Latour, 2020, p. 393). O problema aqui é menos de uma disposição mental ou afetiva e mais de instrumentos, técnicas e métodos para fomentar a imaginação. Tanto no momento de ebulição e irrupção da crise, quanto no rastreamento de seus desdobramentos recalcitrantes,⁴ a tarefa da sociologia é permanecer sensível, isto é, “espalhar um pouco mais longe seus sensores [e] fazer os outros sentirem que as consequências de suas ações os afetarão” (p. 226).

Retomo aqui a tarefa sociológica de entender o gradiente da experiência do mundo que engloba normalidade, perturbações, problemas, crises e tudo que está no meio. O cultivo e construção de melhores “sensores” é só o começo. Para além da sensibilização, a sociologia poderá dedicar-se a conectar perturbações não formuladas a problemas sociais e sociológicos, tematizando experiências negligenciadas na esfera pública. Além disso, tem a prerrogativa de explicitar e explicar os mecanismos que ligam distintos problemas em um sistema social, ao modo da sociologia sistêmica de Habermas e Marx, por exemplo.

Aqui o conceito de tradução pode ser elucidativo. Na definição de Latour e Callon, a tradução engloba “todas as negociações, intrigas, cálculos, atos de persuasão e violência, graças aos quais um ator ou força toma, ou faz com que seja conferido a ele mesmo, autoridade para falar ou agir em nome de outro ator ou força” (Latour & Callon, 1991, p. 279). O tom é de disputa, apesar da breve menção a negociações e persuasão, porém pode ser satisfatoriamente articulado com a ideia da crise como momento de abertura

⁴ Fassin (2022) chama atenção para a “frequentemente invisível continuidade no tempo” das crises para aqueles que, após seu aparente fim e antes de seu anunciado começo, sustentam os ônus e sofrimentos de um mundo em estado crítico continuado.

à fragilidade subjacente da vida social. Tratando da relação entre humanos e não humanos, Latour argumenta que a distinção entre mundo natural e mundo humano resulta da constante permuta de propriedades entre atores. Em outras palavras, a divisão é resultado da designação de tais atores como dotados de certas propriedades (falantes, cognoscentes, racionais) e outros com outras propriedades (mudos, insusceptíveis, irracionais). Na realidade da vida cotidiana, a sensação é de que tudo está em seu lugar e tudo se comporta como deveria. No limite, quando algo parece estar em desajuste, temos procedimentos adequados para reajustar e seguir em frente. Para além desse limite, no “limiar crítico” (Bryant, 2016, p. 21), os entes parecem perder suas propriedades outrora estáveis. Em uma crise econômica, o dinheiro não vale o que valia antes, o mercado não é mais autorregulado, os atores econômicos não são “racionais” no sentido ortodoxo e os remédios podem não funcionar. É nesse momento que o “mundo rompido demanda nova atenção – ele adquire consciência de si enquanto mundo” (Cordero, 2017, p. 6) e a normalidade se esvai.

Para a sociologia, a tradução imaginativa é a forma de acompanhar os sujeitos no gradiente que vai da normalidade à crise e, porventura, à fragmentação absoluta. Acompanhar não é somente observar e compreender, mas também explicar conexões e mecanismos não necessariamente observáveis sem o auxílio de uma reflexão sistemática. A “crítica”, se houver, não se esgota no momento de desconstrução que é seu primeiro passo, mas se completa na composição, no esforço de “construir, a ferro e fogo” um mundo comum juntos (Latour, 2004b, p. 455). Assim uma sociologia dos problemas e das crises pode se tornar uma sociologia da reparação.

Referências

- Bellacasa, Maria P. de la. (2011). Matters of care in technoscience: Assembling neglected things. *Social studies of science*, 41(1), 85-106.
- Berger, Peter L., & Luckmann, Thomas. (1991). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Penguin.
- Boltanski, Luc, & Thévenot, Laurent. (2006). *On justification: economies of worth*. Princeton University Press.
- Bryant, Rebecca. (2016). On critical times: return, repetition, and the uncanny present. *History and Anthropology*, 27(1), 19-31.
- Cefai, Daniel. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos CEBRAP*, 36(1) 187-213.
- Cordero, Rodrigo. (2017). *Crisis and Critique: on the fragile foundations of social life*. Routledge.
- Corrêa, Diogo S., & Dias, Rodrigo de C. (2016). A crítica e os momentos críticos: *De la justification* e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, 22(1), 67-99.
- Das, Veena. (2007). *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*. University of California Press.
- Duarte, Luiz Fernando D. (1998). Investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução. In L.F.D. Duarte, & O.F. Leal (orgs.) *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas* (pp. 9-27). Fiocruz.
- Fassin, Didier. (2021). Crisis. In Veena Das e Didier Fassin (eds.) *Words and worlds: a lexicon for dark times* (pp. 261-276). Durham e Londres: Duke University Press.
- Fassin, Didier (2022). Crisis as experience and politics. *Global Discourse*, 12(3-4), 460-464.
- Foucault, Michel. (1984a). On the genealogy of ethics: An overview of work in progress. In P. Rabinow (ed.) *The Foucault reader* (pp. 340-372). Pantheon Books.
- Foucault, Michel. (1984b) *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Edições Graal.
- Foucault, Michel. (1984c) Polemics, politics, and problemizations. In P. Rabinow (ed.) *The Foucault reader* (pp. 381-390). Pantheon Books.

- Foucault, Michel. (2006). *Psychiatric power: Lectures at the Collège de France, 1973-74*. Palgrave Macmillan.
- Garfinkel, Harold. (1964). Studies of the routine grounds of everyday activities. *Social problems*, 11(3), 225-250.
- Giddens, Anthony. (2002). *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor.
- Gilson, Erinn C. (2014). Ethics and the ontology of freedom: problematization and responsiveness in Foucault and Deleuze. *Foucault Studies*, (17), 76-98.
- Habermas, Jürgen. (1988). *Legitimation crisis*. Polity Press.
- Jessop, Bob. (2012). Narratives of crisis and crisis response: Perspectives from North and South. In P. Utting, S. Razavi, & R.V. Buchholz (eds.) *The Global crisis and transformative social change* (pp. 23-42). Palgrave Macmillan.
- Koselleck, Reinhart. (1999). *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. EDUERJ – Contraponto.
- Koselleck, Reinhart. (2006). Crisis. *Journal of the History of Ideas*, 67(2), 357-400.
- Latour, Bruno, & Callon, Michel. (1981). Unscrewing the Big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In K. Knorr-Cetina & A.V. Cicourel (eds.) *Advances in social theory and methodology: Toward an integration of micro- and macro-sociologies* (pp. 277-303). Routledge e Kegan Paul.
- Latour, Bruno. (2004a). Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. *Critical inquiry*, 30(2), 225-248.
- Latour, Bruno. (2004b). Whose cosmos, which cosmopolitics? Comments on the peace terms of Ulrich Beck. *Common knowledge*, 10(3), 450-462.
- Latour, Bruno. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network theory*. Oxford University Press.
- Latour, Bruno. (2020). *Diante de Gaia*. Ateliê de Humanidades/Ubu Editora.
- Lenoir, Remi. (1998). Objeto sociológico e problema social. In P. Champagne, R. Lenoir, D. Merllié, & L. Pinto (orgs.) *Iniciação à prática sociológica* (pp. 59-106). Editora Vozes.
- Maia, Felipe. (2021). Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época. *Sociologias*, 23(56), 212-243.
- Marpin, Ábia. (2020) *Repertórios de negritude: racismo, música e teoria racial*. [Tese de doutoramento, Instituto de Estudos Sociais e Políticos]. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

- Mills, Charles Wright. (2000). *The Sociological imagination*. Oxford University Press.
- Roitman, Janet. (2014) *Anti-Crisis*. Duke University Press.
- Soneghet, Lucas F. (2022). A normalidade crítica do cotidiano diante do adoecimento e da morte. *Anuário antropológico*, 47(2), 205-222.
- Vigh, Henrik. (2008). Crisis and chronicity: Anthropological perspectives on continuous conflict and decline. *Ethnos*, 73(1), 5-24.

Recebido: 15 abr. 2025
Aceito: 28 maio 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)